



## Opinião Econômica

Marcos Mendes

Economista, pesquisador associado ao Insper, é autor de "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?", e colunista da Folha de S.Paulo



# Brasil Soberano 3 é aula de por que o Brasil cresce pouco e permanece desigual

### Governo federal preferiu o proselitismo eleitoral aos interesses de longo prazo do País

A forma como o governo se comportou no mais recente episódio de tarifaço é uma aula de por que o Brasil cresce pouco e permanece desigual.

Como destacado por Lourival Santana, em sua última coluna no Estado de São Paulo, a pressão feita pelos Estados Unidos seria uma oportunidade para o governo quebrar resistências internas e abrir alguns setores superprotegidos, viabilizando uma economia mais dinâmica.

Há mais de sete décadas os brasileiros são reféns dos lobbies de indústrias de bens de capital, automóveis, aço, química, bens de informática e telecomunicações, entre outras. Elas conseguem alta proteção comercial, garantin-

do lucros extraordinários e mantendo-se vivas, apesar de sua baixa competitividade.

Essa proteção concentra renda e derruba a produtividade e competitividade externa das empresas nacionais que têm que comprar insumos e bens de capital caros e, muitas vezes, de pior qualidade, produzidos pelos fabricantes nacionais protegidos.

É impossível proteger todos os setores ao mesmo tempo: a proteção que dou ao fornecedor de um insumo é uma desproteção criada ao comprador desse insumo.

Deveríamos ter feito propostas de redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, mirando setores em que necessitamos absorver tecnologia externa e reduzir custo de insu-

mos essenciais.

Em vez disso, o governo escolheu o proselitismo eleitoral. O Itamaraty, que deveria estar concentrado em montar uma proposta de negociação, se pôs a emitir notinhas sobre "traidores da pátria" e ameaça de invasão militar dos EUA.

Países como Indonésia e Vietnã aproveitaram a oportunidade e reduziram fortemente as barreiras comerciais aos bens industriais, produtos agrícolas, medicamentos, entre outros. Também derrubaram barreiras não tarifárias.

Essa diferença de mentalidade talvez explique por que nos últimos 10 anos a renda per capita real do Vietnã cresceu 67%, a da Indonésia 38% e a do Brasil 9%!

Também houve resposta prag-

mática da Austrália, abrindo seu mercado de carne. O Reino Unido abriu os mercados de etanol e produtos agrícolas.

Temos muita gordura para queimar. A tarifa média de importação do Brasil é de 7,3%. Na Indonésia é de 1,8%, no Vietnã 1,1%, no México 1,6%, na União Europeia 1,3%. Perto de nós, a Argentina, com 6,4%, também vive a sina de estagnação econômica.

O segundo passo equivocado foi compensar as empresas exportadoras oferecendo crédito subsidiado.

Não cabe ao governo funcionar como empresa de seguro de empreendimento privado. Quem concentrou suas exportações no mercado dos EUA, sabia do risco que estava correndo. Uma regra básica

de negócios é diversificar. Ao socorrer, o governo transfere renda dos contribuintes para os acionistas das empresas assistidas, muitas delas pertencentes aos grupos superprotegidos por tarifas. Mais concentração de renda.

O governo escolheu a ajuda via empréstimos subsidiados porque é uma forma de driblar os limites do arcabouço fiscal: paga a conta, aumenta a dívida pública, mas o valor não aparece nas estatísticas da despesa primária. O problema fiscal se agrava, pressionando os juros e dificultando o crescimento.

Quando o governo escolhe quem vai receber empréstimos subsidiados, não necessariamente o dinheiro vai para as empresas mais eficientes e maior potencial de crescimento. O critério de alocação é político. O capital deixa de fluir para as empresas mais eficientes, a produtividade média da economia cai, diminuindo o potencial de crescimento.

Mas a "soberania" e a reeleição estão garantidas.

**Tá com crédito**

**Soluções de crédito com ótimas taxas.\***

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

\*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

**banrisul empresas**

## Escassez de mão de obra desafia indústria gaúcha

/INDÚSTRIA

Nícolas Pasinato  
nicolasp@jcrs.com.br

A escassez de mão de obra qualificada tem se destacado como uma das principais queixas do empresário industrial gaúcho. No setor farmacêutico, esse sintoma também se mostra presente, conforme a percepção do diretor executivo do Laboratório Saúde, Thomaz Nunnenkamp.

"No nosso setor (farmacêutico), temos que praticamente formar as pessoas do zero. A dificuldade com a capacitação de mão de obra para a indústria é uma das grandes deficiências do nosso Estado", aponta.

Desvantagens fiscais apresentadas no Rio Grande do Sul na comparação com outros estados do País também foram citadas como desafios ao ramo. Porém, Nunnenkamp avalia que a reforma tributária deve amenizar os efeitos desses conflitos tributários ao prever alíquotas uniformes

e incidência do tributo no destino.

"Medicamentos e cosméticos deverão ser beneficiados com a redução de carga tributária. Avalio que a indústria em geral ganha com a reforma", sintetiza o empresário.

Ele lembra que a implementação da reforma tributária sobre o consumo deve iniciar de forma mais efetiva a partir do próximo ano, com a cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a extinção do PIS e da Cofins e a entrada em vigor do Imposto Seletivo. Além disso, o IPI passará a ter alíquota zero, exceto para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus.

O Laboratório Saúde, empresa que Nunnenkamp lidera, atua no ramo farmacêutico há mais de 65 anos, sendo responsável pela fabricação de uma série de medicamentos e produtos de higiene pessoal, como o Pó Pelotense e o Calmador em suas diferentes vertentes. O lançamento mais recente da marca é o Calmador Babycolic, fármaco homeopático desenvolvi-

do para auxiliar no alívio do desconforto abdominal, cólicas e excesso de gases em bebês.

A companhia atua especialmente no Rio Grande do Sul, mas também comercializa seus produtos em Santa Catarina e no Paraná.

O principal canal de vendas do Laboratório Saúde são as farmácias, segmento que vem apresentando forte crescimento nos últimos anos. Em 2025, o varejo farmacêutico brasileiro movimentou R\$ 118,5 bilhões, alta de 14,9% em relação a 2024, segundo ranking divulgado pela Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA).

O aquecimento do setor, contudo, deve ser observado com ponderação, segundo o presidente da companhia, Thomaz Nunnenkamp. "É preciso analisar o quanto desse faturamento se deve à venda de medicamentos, cosméticos, suplementos ou produtos de higiene. Hoje, as farmácias vendem muito mais do que apenas



GABRIELI SILVA/JC

**Thomaz Nunnenkamp avaliou atual cenário da indústria farmacêutica**

medicamentos", observa, enfatizando que a alta na comercialização desses pontos não significa necessariamente um avanço da indústria farmacêutica.

Nunnenkamp também comenta o processo de consolidação das grandes redes de farmácias que, segundo ele, ocorre de forma acelerada no Brasil, pressionando o varejo independente. Para esses estabelecimentos, ele recomenda migrarem para o associativismo.

"No Rio Grande do Sul, temos

um associativismo forte, mas que, ao meu ver, poderia fazer mais para o associado", opinou, durante visita ao Jornal do Comércio na semana passada.

Acompanhado da gerente de Marketing do Laboratório Saúde, Martha Nunnenkamp, e da analista de marketing da empresa Eduarda Streb Gonçalves, Nunnenkamp foi recebido pelo diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero, que lhe apresentou as instalações da nova sede do jornal.